

Como negociar a dívida. Receita dos economistas.

Celso Furtado e Júlio Senna discordam quanto as formas, mas se aproximam na idéia de uma ampla renegociação da dívida externa.

Dois importantes economistas, de escolas muito diferentes — o ex-ministro do Planejamento, Celso Furtado, e o professor da FGV-Rio, José Júlio Senna, diretor do Escritório Levy —, concordaram ontem pela manhã, em encontro na Associação Comercial de São Paulo, que o País precisa de uma ampla renegociação da sua dívida externa.

O auditório do 11º andar do prédio da rua Boa Vista estava repleto para assistir ao debate, com a presença de outros economistas importantes, como Eduardo Pereira de Carvalho, ex-presidente do Banespa, e Edy Luiz Kogut, que como Senna é originário da Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV.

O tema da reunião — moratória ou ajustamento — buscava separar os expositores, mas isso nem sempre ocorreu. Sobre a expressão moratória, por exemplo, houve razoável concordância, na medida em que ambos condenaram o repúdio à dívida. Entendeu-se também que a moratória já é praticada, de tal maneira que, em certo sentido, ambos podem ter-se aproximado da idéia de ampla renegociação (ou moratória negociada) — à qual o senador Roberto Campos já se referira —, variando somente o estilo e a forma de condução do processo.

Celso Furtado acha que a perda do crédito brasileiro no Exterior já é tão grande que não fará diferença essencial se o Brasil suspender os pagamentos. "É necessário encontrar uma fórmula não convencional. Como o sistema financeiro internacional não está capacitado para resolver o problema, é evidente que o sistema de cooperação internacional é hoje inadequado" — advertiu o ex-ministro de João Goulart.

Na situação de hoje, argumenta Furtado, que participa da elaboração do programa econômico do PMDB, uma das dificuldades para uma ampla renegociação, a nível de governos — como ele sugere — está sendo a inexistência de um processo caracterizado de pré-insolvência bancário, que seria a condição para a atuação dos bancos centrais dos países desenvolvidos. Numa renegociação, o economista considera que estes elementos estarão presentes:

- a) não é possível evitar perdas para os credores;
- b) as coletividades organizadas, por intermédio dos bancos centrais dos países desenvolvidos, devem absorver parte das perdas;
- c) as perdas devem representar o mínimo de danos para o financiamento da economia mundial.

Inflação

Afirmando sua oposição à recessão e ao desemprego, Furtado condenou a drástica redução das importações e considerou que o es-

forço para obter superávit no comércio é inflacionário. Declarou "inaceitável" a política de ajustamento, sobre a qual recomendou amplo debate. Depois, afirmou que o Brasil desenvolveu-se com base no mercado interno.

O ex-ministro defendeu a renúncia do Brasil à ajuda financeira do FMI, e o restabelecimento de condições para negociar. "Um devedor soberano — acrescentou referindo-se ao Brasil — não se liquida. Esse devedor sempre irá pagar. Só que um banco pode aceitar a moratória, mas não tem como justificá-la. O problema está no nível de decisão do governo brasileiro".

Quanto ao petróleo, Furtado propôs a negociação direta com os governos dos países produtores. "Nós apoiamos os produtores nos últimos dez anos, no âmbito do diálogo Norte-Sul" — assinalou.

Multiplicidade de credores

Senna encaminhou inicialmente a discussão para o pormenor, recordando que o Brasil tem uma grande variedade de instituições com as quais precisará negociar, como os banqueiros, os organismos internacionais, o FMI e os bancos centrais, as empresas, recordando ainda que lançamos bônus, temos endividamento para o financiamento de exportações e de importações, além dos débitos de banqueiros com banqueiros. "A dívida externa não pode ser vista como uma coisa só" — advertiu.

Mostrando que o Brasil faz parte da comunidade internacional, e que o País beneficiou-se dos mecanismos de endividamento, Senna considerou que "erramos na dosagem de utilização dos mecanismos. Houve um erro ao se induzir os bancos a irem ao Exterior, provocando concentração de ativos e redução de prazos. Mesmo sem equívocos, porém — recordou —, sofríamos o impacto da crise internacional, ao lado de 30 outros países". Sua conclusão é de que uma moratória ou repúdio da dívida afetaria todas as operações externas do Brasil, "mesmo que ela pretendesse atingir só os banqueiros".

Senna afirmou que as consequências de uma moratória seriam a paralisação de operações comerciais — importação e exportação, a interrupção da boa vontade de organismos como o Banco Mundial, que emprestou-nos US\$ 1,4 bilhão no último ano, riscos com relação aos créditos interbancários, consequências nefastas para a poupança financeira em face do "exemplo muito ruim numa sociedade moderna" e "a consequência maior seria o isolamento do Brasil, transformando-o numa autarquia".

A Furtado, que argumentou já estarmos em moratória, o professor da FGV recordou que as dificuldades até agora são parciais, não havendo a paralisação total das li-

nhas de crédito. E questionou também o prazo que duraria o isolamento.

— Fechar a economia só pioraria as coisas. Fazer moratória é negar as vantagens do comércio internacional. Vamos comparar com as pessoas físicas: um professor de economia que precisasse de um terno e não dispusesse de moeda para compra teria de oferecer em troca uma aula ao alfaiate.

Política econômica

Senna combateu a idéia de que a moratória daria maior liberdade à política econômica. "Pelo jeito, essa idéia poderia envolver mais gastos para provocar crescimento. Mas desenvolvimento econômico só se consegue com estabilidade das regras do jogo, abertura da economia ao Exterior, e nunca com manipulação de instrumentos macroeconômicos".

— É preciso renegociar a dívida externa — não há a menor dúvida — acrescentou. — O País já está criando US\$ 2 bilhões para pagar juros. Estamos exportando mais do que importando e transferindo dólares para o Exterior. Isto é ridículo. O Brasil não se pode dar ao luxo de exportar poupança financeira.

— Os banqueiros estão prontos para a renegociação. O que falta, então? Falta um programa econômico coerente e confiável. Não havendo confiança, o custo do ajustamento é enorme.

Programa

O economista da FGV-Rio concluiu propondo um programa de seis pontos: 1) definição clara quanto à filosofia do governo sobre os instrumentos de política econômica; 2) investimentos na área social — saúde, educação, nutrição, uma política de emprego; 3) maior liberdade para o setor privado, procedendo-se à deslegislação; 4) desconcentração de recursos, carreando mais verbas para Estados e Municípios; 5) programação para o setor externo com ênfase à exportação, uma vez que o Brasil é o que menor parcela do PIB dedica à exportação (% de um conjunto de 21 países em desenvolvimento); 6) firmeza na redução do déficit público.

Na parte final dos debates, Furtado condenou o fato de que o Brasil poderá ter uma política econômica — ditada pelo FMI — enquanto Senna insistiu na inexistência dessa política, auxiliado por um dos economistas presentes, Eduardo Carvalho.

Estatização

Conversando com jornalistas de economia, antes da reunião com os empresários, Celso Furtado admitiu que a estatização da economia brasileira é um problema. "O problema do Brasil, entretanto — acrescentou — é menos de estatização do que de má estatização."